

Ata n.º 93 / XIV / 3.ª SL

Ao terceiro dia do mês de novembro de 2021, pelas quinze horas, na Sala 7 do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. **Discussão e votação na especialidade das propostas relativas ao procedimento de [Apreciação Parlamentar n.º 51/XIV/3.ª \(PSD\)](#)** – Decreto-Lei n.º 51/2021 de 15 de junho, que “Aprova o Regulamento Consular”

3. **Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1294/XIV/2.ª \(PS\)](#)** Recomenda ao Governo o reforço do diálogo com os EUA em matéria de descontaminação e medidas de prevenção de riscos ambientais

4. **Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1357/XIV/2.ª \(PSD\)](#)** Descontaminação dos solos e aquíferos no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América

5. **Discussão e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 30/XIV/3.ª\(GOV\)](#)** Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Centro-Africana sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Bangui, em 8 de dezembro de 2019

Deputado(a) autor(a) do parecer: PSD

6. **Discussão e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 31/XIV/3.ª\(GOV\)](#)** Aprova o acordo de Parceria e Cooperação entre a União Europeia, e os seus Estados-Membros, e a República de Singapura feito em Bruxelas, em 19 de outubro de 2018

Deputado(a) autor(a) do parecer: PSD

7. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 32/XIV/3.ª\(GOV\)](#) Aprova a alteração ao Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade entre os Estados-Membros da União Económica e Monetária, feito em Bruxelas, em 27 de janeiro de 2021 e em 8 de fevereiro de 2021

Deputado(a) autor(a) do parecer: PS

8. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 33/XIV/3.ª\(GOV\)](#) Aprova a alteração ao Acordo relativo à Transferência e Mutualização das Contribuições para o Fundo Único de Resolução entre os Estados-Membros da União Económica e Monetária, feito em Bruxelas, em 27 de janeiro de 2021 e 8 de fevereiro de 2021

Deputado(a) autor(a) do parecer: PS

9. Apresentação e deliberação sobre o [Voto n.º 653/XIV \(PSD\)](#) - De Preocupação sobre o avanço das forças rebeldes talibãs no Afeganistão.

10. Aprovação das Atas seguintes:

- n.º 91, de 21 de outubro de 2021;
- n.º 92, de 28 de outubro de 2021.

11. Outros assuntos

_____ // _____

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por dar as boas vindas a todos, tendo prestado de seguida, no âmbito do **Ponto 1.**, as seguintes informações:

- Informou os Senhores Deputados que o Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) foi nomeado membro suplente desta comissão

O **Ponto 2.** foi adiado a pedido dos Grupos Parlamentares do PS e do PCP.

Os **Pontos 3. a 4.**, foram tratados conjuntamente. O Presidente em exercício informou que os dois Projetos de Resolução, inicialmente previstos para discussão e votação em Plenário, reverteram para discussão em Comissão, por iniciativa dos seus autores, de forma a constarem da agenda de votações para sexta feira.

A Deputada **Lara Martinho** (PS) começou por apresentar a iniciativa, frisando a urgência na resolução de todas as situações pendentes em matéria de descontaminação de terrenos e proteção do meio ambiente dentro e fora do perímetro da Base das Lajes, apelando a uma intervenção decisiva, que elimine definitivamente este passivo ambiental. Reconheceu o trabalho desenvolvido pela parceria Governo da República e Governo Regional dos Açores, nomeadamente no que respeita ao abastecimento de água no concelho, destacando a regularidade das análises à qualidade da água, cuja cadência garante a sua salubridade. Referiu que, face ao disposto no último relatório, não aparentam existir novas ações de descontaminação levadas a cabo pelos Estados Unidos da América, o que causa preocupação, dado que, em dois locais, as análises de água efetuadas apresentam uma degradação da qualidade da água. Face ao que precede, considerou fundamental recuperar o acompanhamento desta matéria a fim de garantir a implementação de medidas efetivas, direcionadas a providenciar soluções duradoras. Salientou a necessidade de uma ação mais efetiva por parte dos EUA no referente à segurança dos tanques de combustível que ainda existem na Base, em parte devido ao risco que apresentam para o meio ambiente. Também constatou que, em outras bases norte-americanas onde existe o mesmo sistema de combustível, foram introduzidas novas salvaguardas focadas na proteção do ambiente, sugerindo que o mesmo fosse implementado nos tanques que restam junto à Base das Lajes. Por fim, reiterou a urgência em assegurar a efetiva descontaminação de solos e aquíferos nos locais identificados e na realização de reuniões periódicas com peritos locais e dos Estados Unidos da América.

A Deputada **Ilídia Quadrado** (PSD) referiu que estas preocupações são reincidentes na Comissão, reiterando a necessidade de obter esclarecimentos e de fixar ações concretas sobre o tema. Referiu que no acordo existe uma relação positiva, salientando que na última reunião da Comissão Bilateral Permanente, o tema foi novamente referido. Não obstante, na ação concreta não aparenta existir a boa vontade necessária para apresentar um plano concreto para a descontaminação de todos os locais identificados, para fixar medidas específicas e respetivo financiamento, com transparência, a fim de garantir o correto acompanhamento deste processo, que preocupa terceirenses em particular e os açorianos no geral. Referiu que o Projeto de Resolução tem por objetivo definir este processo, tornando-o mais claro. Confirmou que as partes aparentam manifestar vontade de resolver a temática, porém falta assegurar o concreto, lembrando o não cumprimento da resolução aprovada pela Assembleia da República em 2018 sobre este tema. Concluiu, solicitando ao Governo que seja apresentada toda a informação sobre o processo de descontaminação, a fim de garantir que esta seja responsável, que tenha medidas específicas e que atue na defesa da saúde humana e do meio ambiente.

Sobre este tema, usou da palavra o Senhor Presidente em exercício, **Pedro Filipe Soares**, para sugerir aos proponentes, dada a proximidade dos textos propostos, que fosse redigido um texto conjunto, de substituição, a remeter ao Plenário.

Usou da palavra a Deputada **Lara Martinho** (PS) para informar que o seu Grupo Parlamentar pretende a votação isolada das iniciativas em apreço, encerrando o tema.

No **Ponto 5.**, foi concedida a palavra ao Deputado **Nuno Miguel Carvalho (PSD)**, para apresentar o seu Parecer referente à Proposta de Resolução n.º 30/XIV/3.^a (GOV) que aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Centro-Africana sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Bangui, em 8 de dezembro de 2019. Finda a apresentação, não existindo outras intervenções, o parecer foi aprovado, com os votos a favor do PS, PSD e BE, registando-se a ausência do PCP e CDS-PP.

No **Ponto 6.**, usou da palavra o Deputado **Eduardo Teixeira (PSD)**, para apresentar o seu Parecer referente à Proposta de Resolução n.º 31/XIV/3.^a (GOV) Aprova o acordo de Parceria e Cooperação entre a União Europeia, e os seus Estados-Membros, e a República de Singapura feito em Bruxelas, em 19 de outubro de 2018. Finda a apresentação, não existindo outras intervenções, o parecer foi aprovado, com os votos a favor do PS, PSD, BE e PCP, registando-se a ausência do CDS-PP.

Por proposta do Presidente em exercício, as iniciativas elencadas nos **Pontos 7. e 8.** foram discutidas conjuntamente. Usou da palavra o Deputado **José Mendes (PS)**, para apresentar os referidos pareceres. Finda a apresentação, usou da palavra o Senhor Deputado **Nuno Miguel Carvalho (PSD)** para questionar se o Deputado Relator tinha presente a diferença entre os juros que Portugal atualmente paga face ao praticado caso fosse necessário recorrer a crédito do FMI. Na resposta, o Senhor Deputado **José Mendes** referiu que a situação atual é certamente vantajosa para Portugal, sugerindo que a questão fosse colocada ao Governo.

Não existindo outras intervenções, o parecer foi aprovado, com os votos a favor do PS, PSD, BE e PCP, registando-se a ausência do CDS-PP.

Transitados para o **Ponto 9.**, o Senhor Deputado **Nuno Miguel Carvalho (PSD)** usou da palavra para apresentar o Projeto de Voto n.º 653/XIV (PSD) - De Preocupação sobre o avanço das forças rebeldes talibãs no Afeganistão.

Nesta matéria usaram da palavra os Deputados:

Paulo Pisco (PS), para referir que o GPPS partilha das preocupações vertidas no Projeto de Voto e salientar o desfasamento temporal entre a submissão e a data da discussão em Comissão que, não obstante registo para memória futura, faz com que estas iniciativas percam atualidade, existindo o risco de todo o exercício se tornar relativamente irrelevante. Concluiu salientando a importância da Comissão conferir maior celeridade à tramitação deste tipo de iniciativas.

Pedro Filipe Soares (BE), para afirmar que o GPBE tem divergências conhecidas e públicas com a posição do GPPSD no que toca ao processo que levou à entrada da OTAN no Afeganistão. Não obstante, dado que o Projeto de Voto em debate não

versa sobre essa matéria, informou que pretende votar favoravelmente a iniciativa. Salientou que o segundo parágrafo da parte das considerações elencadas no projeto de voto é manifestamente datado face aos desenvolvimentos no terreno, dado que faz referência a um Governo Afegão que já não existe. Face ao que precede, sugeriu ao proponente que altere ou retire o texto acima sinalizado.

João Oliveira (PCP), para salientar que o texto em análise poderá ser aprimorado durante o presente debate, adequando-o à atualidade e à situação atual. Frisou que a posição do GPPCP e GPPSD tenderá a não coincidir em variadas matérias relacionadas com o Afeganistão, nomeadamente quanto à necessidade de efetuar um balanço sobre a intervenção militar e ocupação daquele país, levada a cabo pela OTAN e comandada pelos Estados Unidos da América, bem como sobre a participação de Portugal em todo o exercício. Considerou importante analisar as decisões de participação na ocupação, em particular o que se passou após a decisão dos EUA de abandonar o território afegão, bem como qual o posicionamento do Estado Português face às perspetivas de solidariedade e cooperação perante o povo afegão.

O Senhor **Presidente** concordou que existe um problema de falta de oportunidade, propondo que o GPPSD atualize o texto e volte a submetê-lo na próxima reunião da Comissão, uma proposta que colheu a anuência do GPPSD.

No **Ponto 10**, as atas listadas foram submetidas à apreciação da Comissão, tendo sido aprovadas com os votos a favor do PS, PSD, BE e PCP, registando-se a ausência do CDS-PP

Transitados para o **Ponto 11**, pediu a palavra o Deputado **Paulo Neves (PSD)** para anunciar que o GPPSD irá dar entrada de uma pergunta ao Governo relacionada com as ligações aéreas entre Portugal e a Venezuela durante o período do natal. Informou que não existem voos diretos entre Lisboa e Caracas, tendo sido apresentada como justificação eventuais dificuldades colocadas pelo organismo venezuelano responsável por esta matéria. Não obstante, constatou que três companhias aéreas espanholas conseguiram assegurar voos diretos entre as duas capitais durante o período de natal. Neste quadro, considerou urgente instar a TAP



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

a reatar o diálogo com Caracas a fim de conseguir o mesmo acordo que Espanha alcançou. Concluiu dando nota da relevância deste tema para a comunidade portuguesa residente na Venezuela, realçando que uma passagem aérea Caracas-Lisboa via Istambul demora aproximadamente 11 horas e tem um custo aproximado de 2500€.

O Deputado **Paulo Porto (PS)**, usou da palavra para informar que a TAP já deu nota de que pretende retomar os voos diretos para Caracas após a 2.^a quinzena de novembro.

_____ // _____

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas dezasseis horas, estando disponível [registo áudio](#) da mesma, assim se lavrando a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 de novembro de 2021.

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões (PS)
Carla Sousa (PS)
Edite Estrela (PS)
José Mendes (PS)
Lara Martinho (PS)
Paulo Pisco (PS)
Paulo Porto (PS)
Romualda Fernandes (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Susana Correia (PS)
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
José Cesário (PSD)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Alexandra Vieira (BE)
Pedro Filipe Soares (BE)
João Oliveira (PCP)
Luís Capoulas Santos (PS)
Olavo Câmara (PS)
Carla Madureira (PSD)
Nelson Silva (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Telmo Correia (CDS-PP)

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 23 de novembro de 2021.